

superior públicos mantêm em relação aos processos de imposição de padronização curricular e a sua atuação como intelectuais que refletem sobre a sua prática e sobre as políticas educacionais. Nesse sentido, os projetos em curso buscam detectar processos de resistência à intensificação do controle sobre currículos e práticas, que impactam os fazeres docentes, seus saberes, intervindo nos cotidianos escolares. As discussões no grupo de estudos alimentam as investigações, que articulam o debate sobre os processos de elaboração e implementação das políticas educacionais atuais, marcadamente regressivas e descaracterizadoras da formação, seus impactos na atuação de professores e gestores, com diferentes objetos e objetivos de pesquisa.

As discussões têm como pressuposto comum a atuação do professor na resistência crítica à imposição de processos de padronização, centralização e controle da educação básica e da formação de professores, consoante as concepções neoliberais hegemônicas na política educacional a partir do Golpe de 2016, e que configuram a retomada acelerada da reforma empresarial da educação brasileira (FREITAS, 2018).

O processo de discussão coletiva se configura como espaço formativo e constituidor de possibilidades de construção de identidades docentes, forjadas na práxis. Os sujeitos – professores de diferentes redes e escolas, – constroem de forma solidária e crítica, projetos de investigação e intervenção na realidade, fortalecendo suas identidades em perspectiva emancipadora e crítica da realidade que vivenciam nos cotidianos escolares. O modo virtual utilizado, imposto pela realidade da pandemia, dada a necessidade de manter-se o distanciamento social, permitiu que professores de redes distantes do território fluminense, pudessem acessar o grupo e as discussões, superando uma desigualdade formativa presente no RJ – onde as Universidades públicas concentram-se na capital e na região metropolitana, mas não nos municípios do interior, – e favorecendo certa democratização dos processos de formação.

Cada projeto gestado no trabalho coletivo de discussão do referencial teórico-metodológico e de leitura crítica do real utiliza instrumental metodológico específico de acordo com o objeto de pesquisa, se valendo para a análise dos dados e resultados de abordagem qualitativa e crítica à luz do pensamento freireano e gramsciano, que com autores que investigam a política educacional atual, embasam as discussões coletivas.

Os resultados, alguns ainda provisórios, apontam que a atuação de professor se reveste de aspecto primordial para ações de resistência, por dentro da escola, aos processos de desmonte em curso. Processos descaracterizadores a padronizadores – que desconsideram a primazia da construção de projetos curriculares pelas redes e escolas, a gestão democrática da escola e da educação, e a autonomia universitária – impõem à formação um engessamento e reducionismo curricular que impossibilitam o pluralismo e concepções e o respeito à diversidade dos sujeitos e instituições, previstos constitucionalmente, para impor uma única concepção formativa: a pedagogia das competências. (MACEDO, 2019). A diversidade regional e material das redes e escolas, bem como as desiguais oportunidades formativas dos

professores são invisibilizadas pela norma que reduz o direito à educação à aquisição de meras aprendizagens consideradas essenciais – o mínimo necessário para ocupar postos de trabalho precarizado e mal remunerado. A padronização curricular imposta, e reduzida à dimensão instrumental, avaliada pela aquisição de habilidades e competência também mínimas, impossibilita que a escola concretize sua função social de formação humana.

Esse quadro de franco desmonte e descaracterização da educação pública, para se perpetuar precisa esvaziar a escola de senso crítico e de criatividade, e para tal impossibilitar o debate construtivo de projetos pedagógicos coletivos centrados nas demandas formativas das crianças e jovens. A BNCC e sua imposição coercitiva, atrelada a avaliações em larga escala, utilizadas para controlar e punir, com a destinação de verbas baseadas nos resultados dos desempenhos de estudantes, que responsabiliza professores, gestores e escolas. (EVANGELISTA;SHIROMA, 2015) Esse cenário, já manifesto na realidade cotidiana das escolas e redes, afeta os professores e sua atuação, e produz e reproduz alienação e subserviência. O antídoto seria a luta pela autonomia e só adquirida no coletivo, em processo de conscientização. A produção de um falso consenso de que o problema da escola é curricular e que a BNCC é uma panaceia que possibilitará a elevação da qualidade do ensino, parte do pressuposto de que o professor é o único responsável pelo desempenho dos estudantes, desconsiderando as condições materiais das famílias e das escolas, e a desvalorização da carreira do magistério. Essa narrativa é veiculada na mídia hegemônica e produzida nas *think tanks* brasileiras que elaboram e disseminam o ideário neoliberal aplicado à reforma educacional de cunho empresarial (FREITAS, 2018). As ações que preconizam favorecem a privatização da gestão pública, e a mercantilização da formação continuada em serviço, como produto e serviço ofertado por fundações privadas que impõem de forma acrítica a adequação das práticas pedagógicas a pedagogia das competências e a padronização curricular. Essas e outras questões despontam nos debates coletivos de estudo apontado para novas questões de pesquisa.

Como conclusão já podemos inferir que os processos de desmonte da educação pública e da descaracterização da formação de professores, se insere em projeto de reforma mais amplo, cujo espectro vai além do campo educacional, e que se totalmente implementado impactará vidas, carreiras, instituições e a própria soberania nacional.

Palavras-chave: formação de professores; padronização curricular; reforma educacional.

Referências bibliográficas

DOURADO, Luiz. F., & SIQUEIRA, Romildo. M. (2019). A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. *RBPAE*, 35(2), 291. <https://doi.org/10.21573/vol35n22019.95407>
Acesso em 16/07/2022.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, vol.10, n.20, p.314 a p.341, jul./dez. 2015.

FREIRE, P. **Conscientização, teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação – nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2. 2001.

MACEDO, E. F. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai. 2019.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011